

**COIMBRA**

Revelou a nova Direcção-Geral

# A Associação Académica deve cerca de 46 mil contos

A Associação Académica de Coimbra (AAC) está endividada em cerca de 46 mil contos, revelou ontem a Direcção-Geral recentemente eleita.

Em conferência de imprensa, os dirigentes da AAC apresentaram um volumoso «dossier» em que especificam as dívidas contraídas pela anterior Direcção, que foi a última de cinco direcções consecutivas afectas à Juventude Socialista.

Segundo afirmaram, as dívidas da AAC repartem-se em 17 mil contos a fornecedores, 16 mil contos aos departamentos de exploração da própria AAC, e 14 mil às suas secções desportivas e culturais.

Interpretando o actual estado financeiro da AAC como caótico, Ana Paula Barros, actual presidente da D. G. do organismo, sustentou ter sido com profunda revolta que os novos elementos da Direcção tomaram conhecimento de acções desastrosas efectuadas por anteriores responsáveis.

«Não nos movem intuídos persecutórios em relação às anteriores D. G. — afirmou — mas entendemos que é necessário levar a verdade dos factos aos estudantes, em particular, e à comunidade em geral».

Durante a conferência de imprensa tornaram-se públicas, através da comunicação da presidente da DG, um leque de acções concretizadas por anteriores direcções, nomeadamente a nível da precedente, que conduziram a maior associação de estudantes do País a uma situação financeira caótica e de ruptura a todos os níveis.

O levantamento das dívidas da associação, à data da tomada de posse da nova Direcção, apontou para um passivo global na ordem dos 38 mil contos, valor que, entretanto, foi agravado em cerca de 8 mil contos.

«Para lá das dívidas contraídas junto dos fornecedores — esclareceu Ana Paula Barros —, a anterior DG contraiu também avultados empréstimos junto dos departamentos de exploração, o que faz com que a AAC se encontre, neste momento, numa situação de ruptura a todos os níveis».

Referindo-se à dívida da D. G. às diferentes secções, a presidente reconheceu estar inviabilizado o trabalho das mesmas, denunciando ter a ex-Direcção recebido 620 contos em subsídios atribuídos directamente a algumas secções, sem que, no entanto, os tivesse entregue. Criticando o programa comemorativo do centenário da AAC, disse: «A anterior D. G., vivendo na lógica do subsídio, resolveu abalançar-se numa comemoração que orçavam em cerca de 50 mil contos sem ter uma garantia de que o dinheiro viria.

A falta de planeamento atempado das comemorações levou à efectivação de realizações manifestamente desenquadradas, como foi o caso do Baile do Centenário, das cem horas da Academia e do concerto de rock, espectáculo que resultou em oitenta contos de prejuízo.

Revelando os pormenores específicos ao emprés-

timo contraído junto de uma instituição bancária no valor de 4 500 contos para pagamento de uma carrinha «Toyota», a mesma responsável esclareceu ter sido efectuado um verdadeiro contrato de adesão, no qual se estabeleceram cláusulas como a de permitir a fiscalização, por parte do banco, de toda a actividade empresarial da AAC, nos aspectos técnico-económico, financeiro e administrativo:

«Não ficam por aqui as tropelias suicidas da anterior DG, pois que — adiantou —, para poder cumprir o 1.º pagamento ao banco deste empréstimo, celebrou um outro contrato em que deu à mesma instituição o exclusivo da cunhagem e comercialização das medalhas do centenário da AAC, como contrapartida — continuou a presidente — o banco concedeu à AAC um subsídio de mil contos à cabeça que permitiu pagar a tal 1.ª prestação, só que mais uma vez a DG não acautelou os

interesses da AAC, pois não ficou consagrado qualquer processo de controlo das medalhas cunhadas e vendidas, limitando-se o contrato a dizer que serão creditadas na conta da DG 85 por cento dos lucros líquidos da comercialização das medalhas, o que significa que só a partir do momento em que os custos das medalhas estejam cobertos. A AAC poderá receber algum dinheiro, já que o contrato não estabelece nenhuma forma de controlo por parte da AAC na cunhagem e comercialização das ditas medalhas.»

Perante um outro leque de factos acrescidos aos citados, parece levantar sérias dúvidas a possibilidade de concretização do projecto eleitoral. Porém, ao finalizar a sua intervenção, Ana Paula Barros perspectivou a futura acção da actual Direcção: o saneamento possível do caos económico-financeiro, a implementação das propostas do projecto na medida do possível, e iniciar um trabalho de viabilização/reestruturação da casa à luz das disposições contidas na lei de legalização das AE, nomeadamente no que toca ao financiamento regular da associação, ainda que impere a noção de quão difícil será fazê-lo.

Associações Académicas - Gestões